continuação

utilizado para seus fins. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 9. Os terrenos não são depreciados. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Quando os ativos reavaliados são vendidos, os valores incluídos na reserva de reavaliação são transferidos para lucros acumulados. Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Cia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. **ii. Diferido:** Registrado ao custo de formação, a amortização é calculada a contar da data do início de sua operação pelo prazo de 5 anos. A Cia. optou por manter o saldo do ativo diferido existente até a sua realização total por meio de amortização. **iii. Redução ao valor recuperável de ativos:** O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **3.8. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Cia. tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. A Cia. reconhece provisão para contratos onerosos quando os benefícios que se espera auferir de um contrato sejam menores do que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações assumidas por meio do contrato. **3.9. Empréstimos:** Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*). **3.10. Passivo circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. **3.11. Receita:** A receita de fornecimento de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados da CCEE.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2013	2012
Contas bancárias	4.430	1.178
Aplicações financeiras	4.475	4.201
	8.905	**5.379**

As aplicações financeiras referem-se a CDB/RDB DI remuneradas por taxas variáveis de 0,78% a 1,02% do CDI e possuem liquidez imediata com uma mudança insignificante em relação ao valor registrado. Essas aplicações estão classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

5. Clientes:

	2013	2012
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	4.302	4.831
	4.302	**4.831**

A Cia. utiliza como critério de mensuração das PECLD, os títulos com vencimentos superiores há 360 dias, conforme determinação da ANEEL.

6. Impostos a recuperar:

	2013		2012	
Descrição	**Ativo circulante**	**Ativo não circulante**	**Ativo circulante**	**Ativo não circulante**
COFINS sobre imobilizado	–	134	–	170
PIS sobre imobilizado	–	29	–	37
IRRF sobre aplicações	883	–	799	–
IRPJ a recuperar	34	–	34	–
Créditos recuperáveis	–	8.555	–	10.865
	917	**8.718**	**833**	**11.072**

Os créditos de PIS/COFINS são condizentes com o art. 6º da Lei nº 11.488/07, que trata dos impostos recuperáveis sobre edificações e o art. 3º, § 14 da Lei nº 10.833/03, com redação dada pelo art. 21 da Lei nº 10.865/04, que trata dos impostos recuperáveis na aquisição de máquinas e equipamentos integrantes do imobilizado.

7. Adiantamentos:

	2013	2012
Adiantamento a empregados	5	13
Adiantamento a fornecedores	3.486	2.355
Adiantamento a terceiros	285	208
	3.776	**2.574**

8. Partes relacionadas:

	2013		2012	
Descrição	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Buriti Energia S.A.	1.039	18.983	–	21.904
Eletricidade Paraense S.A.	16.109	–	16.141	–
Edison Lobo Filho	750	–	200	–
Águas de Vera Ltda.	–	26	–	26
Lerans Energia Ltda.	15.748	–	15.748	–
Brasil Central Engenharia Ltda.	–	1.652	–	10.412
Mafe Energia e Participações S.A.	1.523	184.448	784	188.761
Mara Daisy Dias	11.096	–	10.268	–
Filadelfo dos Reis Dias	1.759	–	600	60
	2013		**2012**	
	Ativo	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Fernando Antonio Bertin	2.679	–	600	–
Fabiola C. de N. Sampaio	4	–	–	–
Luiz Carlos Gradella	13	–	–	–
Iluminatti Com. Energia Elet. Ltda.	4	–	–	–
	50.724	**205.109**	**44.341**	**221.163**

A Administração identificou como partes relacionadas à Cia. suas controladoras, outras empresas ligadas aos mesmos acionistas da Cia., seus administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definição no Pronunciamento CPC 5(R1). As operações junto às partes relacionadas não foram formalizadas mediante contrato de mútuo. Em 2013, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração da Cia., totalizou R$ 400 (R$ 348 em 2012), incluindo salários, honorários e benefícios variáveis. A Cia. firmou instrumento particular de confissão de dívida e outras avenças no valor histórico de R$ 119.372, sendo fixado que o montante atualizado até a data da assinatura do contrato é de R$ 197.712, referente a mútuo junto à parte relacionada Heber Participações S.A., celebrado em 1º/08/2012, a ser pago em 180 meses. Sendo acordado que o pagamento das parcelas ocorrerão tão somente através de 86% da sobra do fluxo de caixa, se existente, respeitando e priorizando o pagamento das obrigações com o BNDES, as despesas ordinárias com funcionários, operação, manutenção, impostos e outras despesas necessárias para o regular funcionamento da Cia. Na mesma data, foi firmado instrumento particular de assunção de dívida com a anuência da Heber Participações S.A., por meio do qual a Cia. cede e transfere e Mafe Energia e Participações S.A. controladora da Curuá Energia S.A., assume o montante da dívida, em caráter irrevogável perante Heber Participações S.A., sendo mantido as condições do instrumento de confissão de dívida firmado junto à Heber Participações S.A. O instrumento de confissão de dívida determina correção pelo Índice Geral de Preços ao Mercado IGPM/FGV e juros remuneratórios de 8% a.a.. A incidência da correção e juros tem sua eficácia condicionada à quitação do valor principal da dívida e, à verificação, na data de pagamento da correção e juros, da capacidade financeira através da sobra de 86% do fluxo de caixa, sendo certo que não sendo verificada a capacidade financeira, a incidência de correção e juros não terá eficácia ("Condição Suspensiva"). Conforme item 1.4 do instrumento de confissão de dívida, foi acordado entre as partes que independentemente dos valores pagos pela devedora à credora em função da dívida, que após o término do prazo limite (180 meses), o saldo da dívida, seja ele qual for, será quitado, sem que haja nada mais a ser devido pelas devedoras em favor da credora, a qualquer título.

9. Imobilizado:

Descrição	**Taxa anual depreciação**	**Custo**	**Adições**	**Depreciação acumulada**	**2012 Líquido**
Usinas: Reservatórios e barragens	4%	216	–	(16)	200
Edificações e obras civis	4%	129.159	12	(21.721)	107.450
Máquinas e equipamentos	3%	26.531	121	(2.824)	23.828
Rede básica:					
Edificações e obras civis	4%	27.901	–	(3.021)	24.880
Máquinas e equipamentos	3%	1.355	–	(159)	1.196
Administração central:					
Aeronaves	10%	404	–	(189)	215
Embarcações e flutuantes	10%	7	–	(5)	2
Equipamento segurança	20%	120	16	(107)	29
Máquinas e equipamentos	10%	2.470	9	(1.261)	1.218
Móveis e utensílios	10%	144	16	(75)	85
Veículos	20%	–	246	(12)	234
Terrenos	–	220	–	–	220
		188.527	**420**	**(29.390)**	**159.557**

Descrição	**Taxa anual depreciação**	**Custo**	**Adições**	**Depreciação acumulada**	**2013 Líquido**
Usinas: Reservatórios e barragens	4%	216	–	(20)	196
Edificações e obras civis	4%	129.171	–	(26.888)	102.283
Máquinas e equipamentos	3%	26.653	206	(3.624)	23.235
Rede básica:					
Edificações e obras civis	4%	27.901	23	(3.719)	24.205
Máquinas e equipamentos	3%	1.355	–	(201)	1.154
Administração central:					
Aeronaves	10%	404	–	(236)	168
Embarcações e flutuantes	10%	7	–	(6)	1
Equipamento segurança	20%	136	2	(122)	16
Máquinas e equipamentos	10%	2.478	2	(1.543)	937
Móveis e utensílios	10%	160	9	(93)	76
Veículos	20%	246	–	(61)	185
Terrenos	–	220	–	–	220
		188.947	**242**	**(36.513)**	**152.676**

10. Empréstimos e financiamentos:

Nacional	**% Taxa de juros**	**2013**	**2012**
BNDES	2,15% a.a. acima da TJLP	48.417	58.433
		48.417	**58.433**
Circulante		13.444	14.156
Não circulante		34.973	44.277
		48.417	**58.433**

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2013	2012
2014	–	17.759
2015	13.128	26.518
2016 em diante	21.845	–
	34.973	**44.277**

Não existe quebra de cláusulas de covenants. Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, garantidos por ações de propriedade da Cia. controladora Mafe Energia e Participações S.A. de emissão da Curuá Energia S.A. e, ainda, dos direitos creditórios que é titular, provenientes: **i.** Do CCVE VPMI 082/2004, celebrado em 20/12/2004 e subsequentes aditivos; **ii.** De todos os valores a serem recebidos pela beneficiária, da Eletrobrás, a título de rateio da conta CCF. O principal da dívida será pago em 120 prestações mensais e sucessivas, vencida a primeira prestação em 15/11/2008 e término em 15/10/2018, segregado no passivo circulante e não circulante.

11. Fornecedores:

	2013	2012
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	1.070	1.304
Rede Comercializadora de Energia	603	603
Rede Elétrica e Serviços S.A.	252	252
Guaranta Energética Ltda.	106	106
Outros fornecedores	365	449
	2.396	**2.714**

A Rubrica é composta por fornecedores vitais para operação da Cia, como prestação de serviço de engenharia, empreiteiras de engenharia, fornecedores de materiais, máquinas e equipamentos elétricos.

12. Obrigações tributárias:

	2013	2012
INSS retido a recolher	1.168	1.164
IRPJ a recolher	26	26
IRRF a recolher - PJ	62	50
ISS retido a recolher	232	237
Retenção da Lei nº 10.833/03 a recolher	188	165
Outros impostos/contribuições	741	840
	2.417	**2.482**

13. Provisão para contingências: a) Composição:

	2013	2012
Ações trabalhistas/cíveis	12.597	11.629
Ações fiscais	2.607	2.599
	15.204	**14.228**

b) Movimentação:

	2012	Adições	Baixas	2013
Trabalhistas/cíveis	11.629	6.186	(5.218)	12.597
Fiscais	2.599	9	(1)	2.607
	14.228	**6.195**	**(5.219)**	**15.204**

A Cia. é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgão governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e outros assuntos. As demandas judiciais são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de advogados. **14. Patrimônio líquido: Capital social:** O capital social subscrito e integralizado da Cia. é de R$ 9.066 (em 2012, o mesmo valor). A composição acionária está distribuída das seguintes formas:

Acionista	**%**	**2013**
Mafe Energia e Participações S.A.	99%	8.975
Mara Deisy Gil Dias	1%	91
	100%	**9.066**

Política de dividendos: Observado o disposto no art. 17, I, da Lei nº 6.404/76, aos acionistas é assegurado o direito de receber um dividendo anual obrigatório não inferior a 5% do lucro líquido apurado

continua